

---

## Editorial

### Aspectos econômicos da Agricultura Urbana

**Cesar Jaramillo Avila**

Municipalidade de Quito, Equador

**René van Veenhuisen**

ETC-RUAF

Fotografia: César

Avila - mulheres

vendendo parte de sua  
no mercado de Los

Jaramillo

produção  
Chillos



*A agricultura urbana oferece inúmeros benefícios e funções úteis às cidades e as seus habitantes. O apoio político a essa atividade vem*

*crescendo e são necessários mais recursos e pesquisas para aprimorar a contribuição da agricultura urbana ao desenvolvimento sustentável das cidades. Nesta edição da Revista de Agricultura Urbana, focalizamos na análise e na compreensão dos aspectos econômicos da agricultura urbana, tanto em períodos de recessão econômica quanto em épocas de franco desenvolvimento.*

Os aspectos econômicos da agricultura urbana constituem uma ampla área de estudos. Moustier (2001) propõe os seguintes indicadores para revelar e mensurar os impactos econômicos da agricultura urbana:

- emprego (população envolvida);
- geração e distribuição de renda;
- disponibilidade financeira;
- contribuição para a alimentação das famílias;
- valor agregado;
- contribuição para a oferta de alimentos nas cidades; e
- sua participação no mercado.

Vários estudos de caso são apresentados nesta edição, analisando esses indicadores em nível familiar e/ou municipal. Além da análise dos impactos sócio-econômicos da agricultura urbana, também são apresentadas ou revisitadas as estratégias capazes de desenvolver ainda mais a contribuição econômica da agricultura urbana.

A rápida urbanização dos países em desenvolvimento e a migração das populações rurais aumentaram a necessidade das cidades de prover emprego e condições de vida adequadas a tanta gente. O número de pessoas vivendo na pobreza e trabalhando no mercado informal está aumentando por toda a África, Ásia e América Latina (e mesmo nos países desenvolvidos, N.T.), e muitas delas estão incorporando a agricultura como parte de suas estratégias de

sobrevivência. Embora a contribuição da agricultura urbana para o PIB (produto interno bruto) possa ser pequeno, sua importância para os habitantes de qualquer cidade pode ser substancial, especialmente em tempos difíceis (ver os estudos de caso de Buenos-Aires, Quito e Harare, nesta edição).

A agricultura urbana é importante não só em situações de crise mas também por sua proximidade com o mercado consumidor urbano, e pelas vantagens comparativas que essa localização oferece, ao permitir a entrega de produtos perecíveis frescos, como leite (Nairóbi), ovos, carne e hortaliças (Kumasi), o acesso a recursos produtivos (água, adubos a partir do lixo orgânico doméstico) e a entidades que fornecem crédito, assistência técnica, informações sobre o mercado etc.

A agricultura urbana complementa a agricultura rural e aumenta a eficiência da oferta nacional de alimentos e pode substituir produtos importados, ajudando a economizar divisas estrangeiras.

Sua contribuição para o suprimento alimentar das cidades varia, dependendo dos produtos e das épocas do ano (ver Ouagadougou).

Quando a situação econômica melhora, a agricultura urbana pode assumir outras funções de interesse dos cidadãos urbanos: cultivar o solo como lazer e recreação, pelo exercício físico, pelo melhoramento ambiental, pela busca de alimentos mais frescos e puros etc., e ainda para enriquecer a biodiversidade e reduzir a "pegada ecológica" urbana (como explicado no caso de Londres).

Nugent (2001) sugere as seguintes questões com relação ao impacto econômico da agricultura urbana:

1. Quem são os principais parceiros, e como eles se relacionam?
2. Quais são os impactos da agricultura urbana na comunidade, e por que ocorrem esses impactos positivos ou negativos, temporários ou permanentes, e como eles evoluem com o passar do tempo?
3. Esses impactos são mais positivos, para a comunidade, do que os resultantes de outros usos para o mesmo espaço, e como são tomadas decisões sobre a utilização dos espaços?

### Impactos econômicos da agricultura urbana

Na edição especial da Revista de Agricultura Urbana sobre segurança alimentar, preparada para a reunião da FAO sobre Comida no Mundo, há cinco anos - e disponível em <http://www.ruaf.org/>, o impacto da agricultura urbana na situação nutricional das famílias foi avaliado com relação a vários países, mostrando que produzir para o consumo familiar aumentava a segurança alimentar e fornecia uma dieta mais saudável do que a disponível para quem não participava de nenhuma atividade ligada à produção de vegetais ou de animais.

A auto-produção de alimentos pode variar de 18% (Jakarta) a 60% (Harare) do total de consumo alimentar das famílias de baixa renda, e estudos em duas áreas faveladas em Nairobi verificou importantes benefícios trazidos pela agricultura urbana, incluindo a constatação de que pelo menos 50% dos alimentos consumidos pelos moradores são produzidos pelos próprios consumidores. (UA-Magazine Special, 2002, Mwangi, 1995).

Os alimentos auto-produzidos significam, freqüentemente, uma redução importante nos gastos com alimentação. As famílias pobres urbanas podem gastar de 60 a 80% de sua renda com comida. A auto-produção de alimentos torna a pequena renda dessas pessoas disponível para outras despesas. Além disso, o melhor acesso à comida e à renda afeta positivamente a capacidade das pessoas para trabalhar e investir. O artigo sobre Ouagadougou, nesta edição, mostra que o impacto econômico positivo e a segurança alimentar reforçada dos produtores urbanos prevaleceram sobre os riscos implícitos na prática da agricultura urbana, embora o nível desses benefícios possa variar de acordo com circunstâncias sazonais e fatores externos.

A agricultura urbana cria auto-emprego e economiza renda, especialmente entre os moradores mais pobres que não têm acesso a outros trabalhos, e é uma fonte complementar de rendimentos para muitas famílias de baixa e média renda. Os rendimentos recebidos pelos agricultores urbanos contribuem de modo significativo, ainda que freqüentemente incerto, para a manutenção de suas famílias. Em Dar Es Salaam, Tanzânia, a agricultura urbana é o segundo maior empregador (20% dos trabalhadores empregados, Sawio, 1998). Em Nairóbi, Quênia, a agricultura urbana provê o maior nível salarial entre as microempresas e o terceiro mais alto entre todos os setores econômicos urbanos (House e outros, 1993). Em Lomé, a renda mensal média de um produtor que vende seus produtos no mercado local corresponde a dez salários mínimos locais, e equivale ao salário de um funcionário público veterano (Abutiate, 1995).

Nugent (2000) descreve os fatores que influenciam a renda líquida de um lar:

- o esforço produtivo (tipo de atividade, quantidade de tempo investido etc.);
- a disponibilidade e o custo dos insumos básicos;
- as colheitas, as quais são determinadas pelo gerenciamento e tecnologia disponíveis;
- o acesso ao mercado e aos consumidores; e
- o preço, que por sua vez depende do mercado, do dinheiro necessário, da capacidade de estocar, processar e preservar os produtos, e de fatores externos como a oferta e a demanda dos produtos.

Os casos de Kumasi, Nairobi, Mexico D.F. e Ouagadougou, nesta edição, demonstram que agricultores urbanos tomam decisões racionais sobre sua produção, assumindo os riscos da produção intensiva de hortaliças (Kumasi) ou obtendo melhores retornos por dólar investido ao manterem a diversidade de produtos e ao usarem menos insumos externos (México). Esses casos também revelam a importância do uso de recursos locais e seu impacto positivo na economia dos pequenos produtores rurais instalados nas áreas periféricas das cidades.

Na África, na América Latina e na Ásia, as mulheres são especialmente ativas na agricultura urbana, buscando melhorar a alimentação de suas famílias e/ou aumentar a sua renda. Para muitas mulheres a agricultura urbana fornece uma alternativa atrativa e flexível ao trabalho mal remunerado como empregadas domésticas e em outras atividades informais e mal pagas longe de suas casas (que podem implicar em custos com ônibus e no pagamento a alguém para cuidar de seus filhos).

Para compreender o papel da agricultura urbana nas estratégias de sobrevivência dos lares urbanos de baixa renda, vários fatores devem ser analisados. A agricultura urbana pode ter um impacto positivo e importante nos lares urbanos, mas quase sempre como parte de um conjunto de estratégias mais amplo. Como os exemplos

Ouagadougou e de Haroonabad, incluídos nesta edição, ilustram, na agricultura urbana existe relativamente pouca necessidade de trabalho remunerado, com exceção dos períodos de pico.

Empregos também são criados nas pequenas empresas produtoras de insumos usados pelos pequenos agricultores urbanos (composto, equipamentos etc.) ou processadoras e distribuidoras de produtos agrícolas e alimentícios (serviços de empacotamento, secagem, embalagem em latas, congelamento, fábricas de doces etc.).

Exemplos dessas atividades podem ser encontrados nesta edição, como o uso de resíduos orgânicos locais em Brisbane e de águas servidas em Nairóbi e Haroonabad, as iniciativas ligadas à comercialização em Fortaleza, Buenos Aires e Quito, e as discussões sobre custos e benefícios da AU em Londres.

A agricultura urbana fornece aos moradores pobres das cidades uma proteção contra os choques setoriais (Nugent 2000), já que qualquer um pode iniciar a atividade com relativamente poucos recursos e impedimentos (embora a falta de propriedade da terra em muitos casos iniba maiores investimentos), além de fornecer alimentos, que são a necessidade mais essencial em tempos de crise econômica (ilustrado nos casos sobre Ouagadougou, Harare e Fortaleza).

O estudo incluído na edição especial da Revista de Agricultura Urbana sobre segurança alimentar demonstra que a quantidade de hortaliças, galinhas, leite, ovos, etc. produzida anualmente nas cidades e em seus arredores é bastante substancial (ver também vários artigos neste edição: Kumasi, Nairobi; Havana e Ouagadougou). E os dados disponíveis, ainda que poucos, são impressionantes quanto ao valor de mercado dos produtos gerados pela agricultura urbana.

Em Dar Es Salaam, Tanzânia, a agricultura urbana é o segundo maior empregador (20% do total de empregados). O lucro médio de cada produtor foi estimado em 1,6 salário mínimo mensal (Sawio, 1998). Em Accra, Gana, aproximadamente 30% dos lares de baixa renda em bairros populares possuíam pequenos animais, cujo valor, em média, corresponde a um mês de salário. Em Hanói, Vietnam, é estimado que 80% dos legumes e das verduras frescas, 50% dos suínos, galinhas, peixes de água doce, e 40.% dos ovos originam-se das áreas urbanas e periurbanas. (UA-Magazine Special, 2002).

### **Avaliação econômica do impacto da agricultura urbana na vida das cidades**

Não é tão simples determinar o valor econômico da produção agrícola gerada nas cidades e em suas periferias em termos quantitativos precisos, considerando-se todos os "custos e benefícios".

As informações confiáveis sobre as quantidades de insumos e seus preços, as quantidades de alimentos produzidos e os preços obtidos dentro dos limites das cidades, são muito incompletas ou imprecisas, e difíceis de serem obtidas devido ao caráter predominantemente informal da agricultura urbana.

Muitas vezes ouve-se o argumento de que outros usos da terra, mais lucrativos economicamente, irão - ou deveriam - substituir a agricultura urbana. Os altos valores dos terrenos urbanos são certamente um importante fator a inibir a agricultura urbana, e em um

sistema de livre mercado imobiliário a agricultura freqüentemente dá lugar à indústrias, residências etc. Entretanto, o poder econômico da horticultura e da criação intensiva de animais é quase sempre subestimado, e a avaliação da importância econômica da agricultura urbana torna-se ainda mais positiva se os benefícios extra-mercado, como a segurança alimentar, a melhora na nutrição e na saúde, a integração social dos mais pobres, o melhoramento ambiental, o microclima mais ameno, a reciclagem dos lixos orgânicos, o melhoramento das áreas baldias, e as oportunidades de recreação e de aprendizagem etc., também forem considerados e implementadas políticas urbanas adequadas para apoiar esses efeitos sócio-culturais-ambientais da agricultura urbana.

Para estimar os custos extra-mercado, existem métodos para estimar a relação custo-benefício da agricultura urbana, como por exemplo o "método de valor de contingência" (Henn e Henning, 2001; Nugent, 2001), que leva em consideração os custos e benefícios sociais, ambientais e para a saúde, usando os custos de oportunidade (outras atividades que poderiam ser desenvolvidas no mesmo espaço, em vez de cultivá-lo) e a disposição de pagar como padrões de medida.

Os casos relatados nesta edição demonstram que mais trabalho multidisciplinar é necessário para produzir dados mais confiáveis e convencer os elaboradores das políticas públicas sobre a importância sócio-econômica da agricultura urbana e animá-los a viabilizarem novas formas de apoiá-la.

#### Medidas para fortalecer a importância econômica da agricultura urbana

Uma vez que o poder municipal reconheça a importância da agricultura urbana, várias medidas para estimular o seu desenvolvimento podem ser consideradas, incluindo:

- A criação de mercados dos produtores e sua infraestrutura (ver os artigos sobre as experiências em Buenos Aires e em Quito, nesta edição)
- A estimulação do desenvolvimento de microempresas dedicadas ao processamento e à comercialização (ver os artigos sobre Fortaleza e Nairóbi)
- O acesso dos agricultores urbanos a serviços de crédito e de orientação técnica (ver os artigos sobre microcrédito e sobre Quito). Aliás, "Crédito e investimento para a agricultura urbana" será o tema focal da edição nº 9 da Revista de Agricultura Urbana.
- Estimular a transição da agricultura urbana de subsistência para a produção com finalidade comercial, fornecendo informações mercadológicas sobre nichos do mercado mais promissores para os agricultores urbanos, como hortaliças frescas (Kumasi), plantas ornamentais (Buenos Aires), flores e verduras hidropônicas (Brisbane), e orientando os interessados a se dedicarem a essas atividades.

As políticas municipais deveriam abordar a agricultura orgânica de forma holística, como parte do sistema alimentar urbano geral, considerando os diferentes aspectos (segurança alimentar, meio ambiente, saúde, uso do solo, cultura etc.), e em diferentes níveis (local e nacional).

O poder local sempre tenta reduzir o número de pobres e de trabalhadores informais na cidade, e busca integrá-los na economia urbana formal, enquanto que muitas medidas econômicas, em nível nacional, tendem a levar mais gente para a pobreza e para o setor informal. Assim, é do máximo

interesse das prefeituras a promoção do desenvolvimento da agricultura urbana.

Mas também o setor privado, com seus investimentos e visão empresarial, pode desempenhar um papel substancial nesse processo, como os casos de Harare e Nairobi demonstram muito bem.

---

## Referências

- Abutiati W.5. 1995. Urban and Periurban Horticultural Activity in Ghana: an overview. Em: NRI (eds.) Peri-Urban Interlace Research: workshop proceedings (ODA), Kumasi., Ghana, 1995.
- Henn P. e Henning J. 2001. The Value of Urban Agriculture. The Contingent Valuation Method applied in Havana, Cuba. UA-Magazine 5 (dezembro 2001): 49-50.
- House Wikiara. G. and McCormick. D. 1993. Urban Sell-employment in Kenya: panacea or viable strategy? World Development 21 (7)" 1205-1223
- Moustier P. 2001. Assessing the Socio-Economic Impact!. UA-Magazine# 5 (Dezembro 2001): 47-48.
- Nugent RA. 2001. Using economic analysis to measure the sustainability of urban and periurban agriculture: A comparison of cost-benefit and contingent valuation analyses. Presentation at workshop on Appropriate Methodologies in Urban Agriculture, Nairobi, Kenya.
- Sawio. C 1998. Managing Urban Agriculture in Dar Es Salaam. Cities Feeding People Report 20. Ottawa: IDRC UA-Magazine, Edição especial sobre Segurança Alimentar, Junho 2002.